

ARTIGO

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS: VALORIZAÇÃO E LIMITES

Antônio Kinsley Bezerra Viana¹
Bruna Gabriele de Oliveira Araújo²

RESUMO

A educação brasileira passou por grandes mudanças, deixando de ter uma abordagem meramente conteudista para atuar como um importante instrumento de transformação social. Um sistema educacional pautado apenas na formação tecnicista da classe trabalhadora e formação científica para os filhos das classes mais privilegiadas, passa a ser entendido como um meio para a formação da cidadania e do desenvolvimento intelectual da população. A educação passa a ser vista como ferramenta com grande potencial, capaz de auxiliar na superação dos problemas sociais brasileiros. Esse ensaio discute a importância da Geografia nesse processo e como os documentos curriculares oficiais tratam o ensino de geografia na formação do aluno. Verificou-se que nesses documentos há reconhecimento da importância da Geografia e do seu ensino na escola, mas os desafios da geografia escolar, e, portanto dos professores dessa disciplina, envolvem a superação de problemas estruturais que afetam a educação brasileira como um todo.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. BNCC. Currículo escolar. Professor de Geografia.

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro sempre foi marcado por graves disparidades, em parte justificada pelas múltiplas realidades regionais, características de um país de proporções

¹ Professor de geografia da rede estadual de educação do Ceará. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: kinsleybezerra@yahoo.com.br

² Professora de geografia da rede privada de Fortaleza. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: bgoa.geo@gmail.com

continentais. Um dos fatores que colaboraram para a gênese das problemáticas educacionais brasileira foi a carência de políticas educacionais a nível federal, que orientassem a estruturação e a organização do sistema educacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Somente com o desenvolvimento industrial e o fim da república velha é que se deu início a um ideário pedagógico e às reformas capazes de estruturar uma rede educacional, influenciando suas ações durante muito tempo.

Nas últimas décadas, o currículo educacional brasileiro ainda orientava o ensino de modo a propiciar a “autorrealização do educando”, a “qualificação para o trabalho” e ao “exercício consciente da cidadania”, conceitos herdados ainda desse momento inicial (BRASIL, 1971). Na prática, as instituições adaptavam seus currículos a duas situações distintas. Na primeira opção o conteúdo era trabalhado de forma universal, voltado a garantir o acesso dos estudantes ao meio universitário. Na segunda opção, quase sempre direcionado aos filhos das classes menos abastada, o conteúdo era específico e limitado a atender as exigências da formação para o trabalho, assegurando a essas pessoas apenas um diploma técnico.

Com a Constituição de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação de 1996, estabeleceu-se que as propostas educacionais para o ensino básico buscassem artifícios para superar os graves problemas estruturais e sociais que permeia o sistema educacional brasileiro. A educação seria um dos agentes que fomentariam as mudanças necessárias para o desenvolvimento da nossa sociedade (SAVIANI, 1999).

O processo educacional, desde então, foi organizado para ir além de um mero suporte de caráter conteudístico, a fim de atingir o acesso ao ensino superior ou garantir as condições mínimas para o mundo do trabalho. A formação curricular do aluno na educação básica seria concebida de modo a colaborar na construção de uma consciência cidadã, permitindo que esses desenvolvessem uma capacidade analítica e crítica da realidade, bem como, do conteúdo escolar. Fomentando, dessa forma, o surgimento de habilidades e competências, capazes de prepará-los para um mundo do trabalho dinâmico e globalizado, no qual os vários setores da sociedade exigem profissionais competentes, proativos e versáteis em diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 1997, p. 34).

Com a Geografia Nova e a conseqüente ressignificação da base conceitual e analítica dessa ciência, surge uma forma diferente de compreensão de mundo, levando os professores de geografia a repensar o propósito da disciplina e a forma como os tópicos eram

abordados em sala de aula. A geografia escolar deixa de ter um foco meramente descritivo das paisagens, como também dos processos ali existentes, para propor uma interpretação crítica e analítica das temáticas e da realidade que era apresentada para os alunos.

2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A ESTRUTURAÇÃO DE UM PENSAR GEOGRÁFICO

O ensino de geografia, assim como a própria ciência geográfica, avançou com o propósito de colaborar no desenvolvimento de uma consciência cidadã plena, capaz de analisar criticamente os diversos problemas sociais e econômicos inerentes ao espaço geográfico, observando suas causas e, principalmente, as consequências decorrentes desses processos. Para Cavalcanti:

o objetivo mais geral do ensino de Geografia é o de desenvolver o pensamento autônomo dos alunos do ponto de vista do raciocínio geográfico, tem-se considerado importante organizar os conteúdos de ensino com base em conceitos básicos e relevantes, necessários à apreensão do espaço geográfico. A ideia é a de que se deve encaminhar o trabalho com os conteúdos geográficos e com a construção de conhecimentos para que os cidadãos tenham uma consciência da espacialidade das coisas, nas coisas, nos fenômenos que eles vivenciam mais diretamente ou que eles vivenciam enquanto humanidade. (CAVALCANTI, 1999, p. 132)

Ressaltamos que é fundamental hoje a presença de mudanças nos métodos de ensino da geografia, e muito além disso, o professor tem o seu papel fundamental neste processo, como demonstra Melo & Urbanetz (2008, p. 91): “[...] na escola, cabe ao professor repensar sua prática no coletivo institucional, da comunidade, entendendo a educação como um compromisso de todos.”

Em vista disso, o conhecimento geográfico foi considerado como um importante valor para a instrução dos alunos ao longo da sua vida acadêmica. A geografia enquanto disciplina escolar passa a tomar proporções extraclasse, pois o professor de geografia, ao compreender a realidade dos seus alunos, o conseguia inserir em um contexto geográfico, que muitas vezes, em decorrência dos conteúdos abordados nos livros didáticos, não o conseguia inserir ou aproximar de sua realidade. Santos (2010, p. 25) afirma que “[...] no lugar de uma geografia meramente descritiva, os novos tempos dão lugar a uma realidade vivida pelo educando e a sua situação nesse contexto.”

As competências, associadas aos preceitos das outras disciplinas, consolidam uma maior autonomia dos alunos e diversificação da sua base intelectual e cultural. Princípios

essenciais para pautar suas ações e análises, diante de um mundo globalizado.

É justamente por compreender o importante papel da geografia na formação atual dos alunos que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio, afirmam que:

O aluno do século XXI terá na ciência geográfica importante fonte para sua formação como cidadão que trabalha com novas ideias e interpretações em escalas onde o local e o global definem-se numa verdadeira rede que comunica pessoas, funções, palavras, ideias. Assim compreendida, a Geografia pode transformar possibilidades em potencialidades (re)construindo o cidadão brasileiro. (BRASIL, 1998, p. 31)

Nesse sentido, a geografia atua como um elemento que fomenta o surgimento e a compreensão de novas ideias e informações sobre o espaço geográfico e as dinâmicas que nele se instalam, integrando diversas metodologias e saberes de outras áreas da ciência. Sabendo das potencialidades que a geografia permite, os PCN's propuseram a integração dos conhecimentos e das disciplinas afins. Conseqüentemente, os conteúdos da geografia foram estruturados através de eixos temáticos, além de temas transversais que devem perpassar por todas as áreas. Essa ação permite uma maior interdisciplinaridade e contextualização entre as disciplinas e seus conteúdos, possibilitando assim o surgimento de novas técnicas voltadas para o ensino e a aprendizagem (COSTA E LOPES, 2009).

Os PCN's recomendam que o ensino de geografia deva ser focado na valorização dos conceitos-chave como instrumentos capazes de auxiliar os estudantes nas análises do espaço geográfico. Para tanto, estes devem ser trabalhados de forma que permita uma análise mais complexa das ações humanas na superfície terrestre. Ao se trabalhar conceitos como paisagem, território, lugar, entre outras categorias de análise utilizadas na geografia, é possível interagir com outras áreas do conhecimento, construindo uma visão integrada do espaço geográfico e dos diferentes modos de interação sociedade-natureza, colaborando no desenvolvimento de novos valores, normas, atitudes e condutas dos educandos e na compreensão das informações e de suas realidades (ARESI, 2018).

Pensando na complexa e diversificada rede educacional brasileira, na qual é possível perceber características distintas nas escolas e nas suas abordagens, em que cada vivência preconiza uma determinada prática para se adequar ao cotidiano escolar e da comunidade atendida pela escola, e, tendo em vista essa amplitude, respeitando as singularidades de cada instituição, foi elaborado um conjunto de diretrizes para estabelecer uma base curricular comum para o sistema educacional do país, orientando as ações e as propostas pedagógicas. Esse documento teve o intuito de minimizar as dificuldades em se trabalhar os conteúdos e as

metodologias utilizadas, normatizando as práticas, ao passo que se estruturava um conjunto de saberes para colaborar na formação dos estudantes.

Contando com base ampla de informações, envolvendo conteúdos gerais e específicos, os PCNs foram divididos em componentes, organizados por áreas do conhecimento e temas transversais responsáveis por integrar e complementar a formação escolar. No caso das ciências humanas, as temáticas relacionadas à Geografia e à História foram direcionadas para se trabalhar assuntos que explorassem as características físicas e naturais do espaço, além das características culturais, políticas, e econômicas da sociedade contemporânea, dando ênfase à realidade brasileira (ARESI, 2018).

Apesar das diretrizes que permitiram um direcionamento nas condutas pedagógicas e dos conteúdos, houve a necessidade da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para dar continuidade às políticas educacionais articuladas nos documentos anteriores. Para isso foi preciso vincular e sistematizar interesses e propostas educacionais, além de estabelecer novas diretrizes para a educação básica. Sua função é estabelecer parâmetros para uma base curricular comum para todo o sistema educacional, respeitando as especificidades regionais, inerentes a cada realidade.

Apesar disso, a BNCC não é um currículo comum regulamentado a toda a rede educacional brasileira. É a estrutura que norteará os princípios nos quais as redes municipais, estaduais e particulares irão organizar seus currículos de acordo com suas especificidades, permitindo que os alunos desenvolvam o conjunto de habilidades e competências para consolidar sua formação acadêmica e cidadã.

Nesse contexto, a BNCC traça um conjunto de objetivos a serem alcançados no processo de aprendizagem e no consequente desenvolvimento dos estudantes, estabelecendo metas a serem cumpridas a cada ano do ensino básico. Para atingi-las deve haver a interação direta entre: os planos de aulas, currículos, Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e a BNCC, garantindo assim a estruturação das habilidades e competências que venham a colaborar no desenvolvimento da cidadania e para o mundo do trabalho.

No caso da geografia, a BNCC busca implementar um conjunto de valores que permita aos educandos estruturar um pensamento espacial e um raciocínio geográfico, em todas as etapas do ensino. Como por exemplo, nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual, uma das preocupações principais refere-se a valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, de forma lúdica, por meio de trocas, da escuta e de falas sensíveis dentro dos mais diversos ambientes educativos.

Além de cooperar no processo de construção da identidade, auxiliando na compreensão e no fortalecimento das relações socioespaciais, a geografia, portanto, deve, entre outras coisas, atuar como uma ferramenta capaz de vincular o sujeito ao espaço que o circunda, criando conexões que garantam aos jovens o aprofundamento dos conhecimentos sobre si, sua comunidade e o mundo que os cerca.

De fato, na BNCC a Geografia é demonstrada como a ciência que consegue auxiliar os estudantes na compreensão do mundo em que habitam como um ser atuante e que deverá entender as diferentes realidades vivenciadas no planeta. Hoje este documento destaca-se, pois, por abordar a geografia de diferentes formas e olhares. Além disso, a Geografia contribui com a formação dos conceitos de identidade e diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do Ministério da Educação reconhecer a importância da Geografia para o processo de formação dos alunos, ratificando a sua relevância nos documentos curriculares citados anteriormente, os desafios da geografia escolar vão além de prover meios pedagógicos que permitam aos alunos a evolução de um pensamento geográfico, capaz de analisar criticamente um mundo globalizado em permanente transformação.

É também superar um conjunto de problemas estruturais que afetam não só o ensino de geografia, mas a educação brasileira em sua totalidade. Dentre as dificuldades a serem superadas, uma das mais importantes é assegurar uma base conceitual sólida aos professores, através de uma formação de qualidade e contemporânea. Conforme Dias, Machado e Nunes (2009), a formação dos professores deve ser tratada como uma garantia para superar antigos modelos e práticas educacionais.

Tal processo só ocorrerá se houver acesso a uma formação continuada ao longo da carreira para que esses profissionais estejam aptos a colaborar efetivamente no desenvolvimento dos processos de ensino/aprendizagem. Isso seria permitir que essas pessoas se tornem professores pesquisadores, capazes de desenvolver novas práticas, aprimorar conteúdos e processos, e, contribuir assim para a evolução da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar.

LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LOS DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIALES: VALORACIÓN Y LÍMITES

RESUMÉN

La educación brasileña pasó por grandes cambios, dejando de tener un enfoque centrado meramente en los contenidos curriculares para actuar como un importante instrumento de transformación social. Un sistema educativo basado únicamente en la formación técnica de la clase trabajadora y en la formación científica de los hijos de las clases más privilegiadas, pasa a ser entendido como un medio para la formación de la ciudadanía y el desarrollo intelectual de la población. La educación es vista ahora como una herramienta con gran potencial, capaz de ayudar a superar los problemas sociales brasileños. Este ensayo discute la importancia de la Geografía en este proceso y cómo los documentos curriculares oficiales tratan la enseñanza de la geografía en la formación de los estudiantes. Se constató que en esos documentos hay un reconocimiento de la importancia de la Geografía y de su enseñanza en la escuela, pero los desafíos de la geografía escolar, y por lo tanto de los profesores de esta disciplina, implican la superación de problemas estructurales que afectan a la educación brasileña en su conjunto.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía. BNCC. Currículo escolar. Profesor de Geografía.

REFERÊNCIAS

ANDREIS, Adriana Maria. **Ensino de geografia:** fronteiras e horizontes. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura: Imprensa Livre, 2012.

ARESI, Cláudia. **A geografia e as bases legais:** PCNS, DCNS e BNCC. *In:* Encontro Estadual de Geografia, XXXV. A diversidade da geografia e a geografia da diversidade nas primeiras décadas do século XXI. Erechim-RS, Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS) campus Erechim, de 12 a 14 de outubro de 2018. **Anais...** Erechim-RS: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Seção Local Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://portaleventos.uffrs.edu.br/index.php/EEG/article/view/10604>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Brasília-DF: MEC/Congresso Nacional, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** geografia. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília-DF: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Propostas curriculares de geografia no ensino**: algumas referências de análise. Revista Terra-Livre, São Paulo, Ano 1999, Número 14, jan./jul. 1999.

COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo para o ensino de geografia: uma leitura a partir dos PCN para o ensino médio. **Revista Contemporânea de Educação**, Faculdade de Educação de UFRJ, v. 4, n. 7, 2009.

DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Currículo, formação docente e diversidade socioculturais. *In*: _____; _____; _____ (Orgs). **Educação, direitos humanos e inclusão**: currículo, formação docente e diversidade socioculturais. João Pessoa: Editora da Universitária da UFPB, 2009. 284p.

GHIRARDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Fundamentos de didática**. Curitiba: Ibpx, 2008.

SANTOS, Rosane Maria Rudnick dos; SOUZA, Maria Lopes de. **O ensino de geografia e suas linguagens**. Curitiba: Ibpx, 2010.

SAVIANI. Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

Recebido em 06/07/2020.

Aceito em 21/12/2021.